

# SUJEIÇÃO E RESISTÊNCIA: ALLEN, BUTLER E OS LIMITES DA SUBORDINAÇÃO\*

*Felipe Gonçalves Silva*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Graziella Alcântara Mazzei*

*Milena Martin Bravo*

PPG-FIL Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Resumo:** Este artigo reconstrói as objeções dirigidas por Amy Allen ao modelo de sujeição contido no pensamento de Judith Butler. Em suas obras *The Power of the Feminist Theory* (1999) e *The Politics of Our Selves* (2008), Allen atribui fragilidades políticas ao modelo de Butler em função do destino inevitavelmente subordinante vinculado aos processos de sujeição. Apesar de suas críticas, entretanto, questionamos a capacidade de Allen superar por completo as consequências negativas vinculadas à tese da "subordinação necessária", o que poderia comprometer seu próprio modelo de resistência desenvolvido em *The Politics of Our Selves*. Ao final, defendemos a reinserção de componentes elementares de um conceito comunicativo de ação política que perde centralidade na obra da autora entre os anos de 1999 e 2008, o que ajuda a conceber margens mais amplas para a transformação política dos laços sociais marcados pela subordinação de gênero e o seu lugar nos processos de formação subjetiva.

**Palavras-chave:** Amy Allen, Judith Butler, Sujeição, Subordinação, Resistência.

**Abstract:** This article reconstructs the objections addressed by Amy Allen to the model of subjection contained in Judith Butler's political thought. In *The Power of the Feminist Theory* (1999) and *The Politics of Our Selves* (2008), Allen ascribes political weaknesses to Butler's model due to the inevitably subordinating fate linked to processes of subjection. Despite her criticisms, however, we question Allen's capacity to fully overcome the negative consequences linked to the presumption of "necessary subordination", which may undermine a potentially rich understanding of resistance contained in *The Politics of Our Selves*. We argue, finally, for the reinsertion of elementary components of a communicative concept of political action that loses centrality in Allen's work between the years 1999 and 2008, which helps to conceive of wider margins for the political transformation of social bonds marked by gender subordination and their place in processes of subjective formation.

**Keywords:** Amy Allen, Judith Butler, Subjection, Subordination, Resistance.

---

\* Este trabalho é um dos resultados parciais da Bolsa de Pesquisa Capes/Humboldt (Código de Financiamento 001) e da pesquisa coletiva "Metamorfoses e Crise da Democracia", financiada pelo Projeto Universal CNPq, processo 409105/2021-0.

*As condições da existência humana (...) jamais podem “explicar” o que somos ou responder à pergunta sobre quem somos, pela simples razão de que jamais nos condicionam de modo absoluto.*

(Hannah Arendt)

*As rosas da resistência nascem do asfalto.*

(Marielle Franco)

## Introdução

Em *The Politics of Ourselves: Power, Autonomy and Gender in Contemporary Critical Theory* (2008), Amy Allen encontra na obra de Judith Butler o modelo de formação subjetiva mais profícuo para a identificação e crítica da subordinação de gênero; além disso, é atribuído a Butler o impulso definitivo para “um diagnóstico plausível sobre a subordinação recalcitrante de mulheres, mesmo depois de décadas de crítica feminista e ativismo político” (ALLEN, 2008, p. 80). Ao mesmo tempo, Allen dirige a Butler uma objeção fundamental: ao identificar subordinação e dependência, Butler tornaria o processo de sujeição – e, mais especificamente, a formação das identidades de gênero – um processo cujo destino seria inevitavelmente subordinante. Nesse passo, a obra de Butler é considerada politicamente enfraquecida, uma vez que se mostra incapaz de oferecer recursos satisfatórios à reflexão e ao direcionamento de práticas ativas de insubordinação e resistência. Nesse sentido, apesar de supostamente oferecer as melhores ferramentas teóricas ao diagnóstico da subordinação, o pensamento de Butler é visto como limitado naquilo que se refere ao “esclarecimento das condições de possibilidade necessárias a uma prática feminista efetiva de resistência individual e coletiva à sujeição” (ALLEN, 2008, p. 74).

Esse tipo de objeção ganha um caráter mais contundente à luz do modo como Allen interpreta as tarefas elementares de uma teoria crítica da sociedade, a qual estaria vinculada tanto à função de produzir diagnósticos acerca das patologias sociais mais relevantes em um dado presente histórico, quanto a de identificar e fortalecer potencialidades para sua superação prática (ALLEN, 2015). Nesse sentido, Butler nos ofereceria o melhor diagnóstico, mas não o melhor tratamento. Não pretendemos aqui verificar a validade e o impacto dessa objeção na obra de Butler, o que exigiria, por exemplo, investigar se uma perspectiva prático-emancipatória pode ser diretamente apreendida do modo como esta autora interpreta as tarefas da crítica, bem

como se uma tal perspectiva apresentaria recursos suficientes ao longo das múltiplas e ricas elaborações que oferece com respeito à ação política. Ao invés disso, propomos confrontar a objeção de Allen com o desenvolvimento de sua própria obra. Isto é, buscaremos compreender a elaboração de sua crítica à tese da “subordinação necessária” e os modos específicos como pretende superá-la, dedicando-nos a seus fundamentos e possíveis consequências no interior de sua reflexão política. De modo geral, buscaremos indicar que Allen mostra-se sucessivamente mais atraída pela tese que pretendia combater, deixando-se enredar a certos déficits políticos identificados por ela mesma como impróprios a uma teórica crítica da subordinação de gênero.

Para tanto, o artigo será dividido nas seguintes etapas: (i) apontaremos em seu livro de 1999, *The Power of the Feminist Theory*, o momento em que Allen se dedica a uma primeira avaliação do pensamento de Butler à luz do debate teórico feminista, salientando ali tanto a acusação de certos déficits políticos na teoria da performatividade, quanto a tentativa de superá-los por meio do modelo de ação encontrado na obra de Hannah Arendt (1906-1975). (ii) A seguir, buscaremos reconstruir os termos com que essa objeção é reelaborada em *The Politics of Our Selves* (2008), destacando o foco então colocado na identificação alegadamente problemática entre dependência e subordinação, bem como a solução procurada em concepções normativas de reconhecimento recíproco e autonomia. (iii) Finalmente, buscamos identificar certos prejuízos contidos no desenvolvimento desta última obra: ao que parece, a ausência do conceito arendtiano de ação, oferecido em 1999 como resposta aos alegados limites práticos da teoria da performatividade, faz com que as soluções buscadas nas teorias normativas consultadas sejam marcadas por um caráter insatisfatoriamente seletivo, negligenciando justamente os componentes mais eminentemente políticos da noção de autonomia. Como conclusão, identificaremos a recaída de Allen em fragilidades similares àquelas imputadas a Judith Butler, defendendo a necessidade de reinserção de um conceito comunicativo de ação política que possa agregar uma dimensão intersubjetiva de protesto e transformação social aos processos de subjetivação e resistência individual.

## I

Em *The Power of Feminist Theory*, Allen busca conjugar as diferentes abordagens feministas sobre a categoria do poder em um mesmo quadro teórico (ALLEN, 1999, p. 1-4). Esse projeto não se apresenta como uma tarefa fácil, já que se constrói em meio a profundos conflitos entre uma pluralidade

de teorias do poder instrutivas, mas aparentemente inconciliáveis (MAZZEI, 2019). Apesar da multiplicidade das autoras e teorias trabalhadas, a centralidade atribuída à teoria da performatividade de Judith Butler parece inquestionável: ela é vista como a tentativa mais profícua de superar uma objeção contundente dirigida ao próprio feminismo em sua postura de representação universal da mulher, reconduzindo a crítica feminista a novos horizontes prático-teóricos.

Allen salienta que *Gender Trouble*<sup>1</sup> é perpassado por uma reflexão aguda sobre a utilização da categoria “mulher”. Para a autora, a maior parte das elaborações mais sólidas e prestigiadas do feminismo de segunda onda tenderia a negligenciar a hipótese de que a identidade feminina, enquanto representativa do “sujeito feminista”, deve ser considerada ela mesma efeito de regimes de poder ao mesmo tempo produtivos e repressivos, além de minimizar a objeção inicialmente erguida pelo feminismo negro de que a utilização política da categoria “mulher” conteria um efeito excludente, marginalizando as experiências e demandas de “mulheres que não sejam brancas, de classe média e acadêmicas” (ALLEN, 1999, p. 66). Mas ao invés de buscar estabelecer uma nova base positiva ao substantivo “mulher”, a qual pudesse ser vista como efetivamente universal e menos sujeita a efeitos excludentes, Butler desenvolve em sua obra uma genealogia que produz dois resultados elementares. Em primeiro lugar, o combate de imperiosas naturalizações históricas, entre as quais se encontra fundamentalmente a distinção entre sexo e gênero. Vale dizer, a discriminação entre sexo como conjunto de “diferenças naturais entre machos e fêmeas biológicos” e gênero como “padrões social e culturalmente construídos acerca da feminilidade e masculinidade, os quais seriam vinculados ao sexo biológico e reificados nas categorias de ‘homem’ e ‘mulher’” (*Ibidem*, p. 67). Ao aceitar essa distinção, o feminismo assumiria uma base sexual pré-discursiva, politicamente neutra e indisponível à crítica – a qual limitaria sua própria reflexão ao campo das representações de gênero, entendido como conjunto de marcadores culturais subordinados a um substrato natural dado.

O combate dessa distinção elementar passa a considerar o sexo “tão culturalmente produzido como o gênero”, tendo como um de seus efeitos elementares liberar os estudos de gênero de um núcleo dogmático naturalizante. O segundo resultado da genealogia operada por Butler, por sua vez, remete-nos justamente ao modo específico como pretende ocupar esse espaço vazio, deixado pelo abandono da compreensão tradicional de gênero como representação cultural de um corpo biologicamente sexuado. Com a teoria da performatividade, Butler estaria recusando qualquer pretensão de

---

<sup>1</sup> BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.

definir um novo conjunto de atributos ou qualidades capazes de exprimir o substrato “mulher”, compreendendo o gênero em seu caráter eminentemente prático, como um atuar (*enact*) ou fazer (*doing*) socialmente eficazes. Mais especificamente, como a “repetição compulsória de atos normativamente prescritos” (*Ibidem*, p. 68) que criam aquilo que parecem simplesmente representar. E ainda que nos considere imersas em estruturas normativas que não podem ser inteiramente evitadas, a teoria da performatividade apresentaria um modo próprio de se compreender a agência subjetiva como a habilidade de introduzir ressignificações potencialmente subversivas na repetição compulsória de atos normativamente prescritos. Naquilo que se refere mais especificamente à subversão de gênero, esse modelo consideraria “os indivíduos como capazes de performar normas heterossexistas de tal modo a fazê-las ‘o lugar de disputa e expressão paródica que rouba da heterossexualidade compulsória sua pretensão de naturalidade e originalidade” (BUTLER, 1990, *apud* ALLEN, 1999, p. 68).

Allen salienta que a teoria da performatividade se mostrou exposta a críticas em sentidos paradoxalmente opostos no interior do debate feminista. De um lado, autoras como Allison Weir e Seyla Benhabib a acusam de um suposto determinismo: se a identidade de gênero é sempre resultado de nossa inscrição em regimes de poder repressivos que não podem ser evitados, os atos de ressignificação seriam por princípio impossíveis ou fadados ao fracasso. De outro lado, autoras como Susan Bordo e Nancy Fraser combatem nesse modelo um alegado “voluntarismo linguístico” de verniz pós-moderno, o qual considera a subversão de gênero um simples ato de escolha discursiva, facilitado em sua construção teórica pela abstração do corpo e de seus contextos histórico-sociais particulares. De maneira geral, Allen descreve os desenvolvimentos da teoria da performatividade posteriores a *Gender Trouble* como tentativas de fortalecê-la perante ambos os tipos de objeções. Com efeito, uma diferenciação mais clara em relação à teoria da performatividade de J. L. Austin (1911-1960) – que supõe um sujeito anterior à ação performativa – e sua aproximação das contribuições de Derrida (1930-2004) – sobretudo da noção de “citationalidade” ou “iterabilidade” – ofereceriam a Butler uma mediação necessária entre poder regulatório e agência individual. Na nova formulação desenvolvida em *Bodies that Matter* (1993), Butler teria uma resposta mais enfática contra a suspeita de voluntarismo, na medida em que afasta a impressão de um ato de vontade individual ao insistir em seu aspecto ritualístico e obrigatório; nesses termos, a performatividade passa a significar “um processo de iterabilidade, uma repetição de normas de forma regularizada e cogente” (BUTLER, 1993 *apud* ALLEN, 1999, p. 72). Ao mesmo tempo, as definições culturais hegemônicas que governam a produção de corpos

sexuados precisam ser constantemente citadas, sendo incapazes de se reproduzir e sustentar por si mesmas. Desse modo, contra a suspeita de determinismo, a necessidade de as normas serem reiteradamente citadas para manterem sua instável eficácia seria suficiente para indicar que “nunca somos completamente determinadas por elas” (*Ibidem*, p. 73).

Entretanto, ainda que admita tais reelaborações como formas de fortalecimento de sua teoria perante uma primeira rodada de críticas, Allen insiste em apontar fragilidades remanescentes e novas dificuldades encontradas em três pontos fundamentais. Em primeiro lugar, mesmo que tenha desenvolvido um modelo de agência que evite as polaridades deterministas e voluntaristas mencionadas, Butler ainda não conseguiria responder por que *deveríamos* optar por uma resignificação subversiva das normas de gênero. Segundo Allen, o favorecimento da resignificação parece pressupor já em suas primeiras formulações uma demanda normativa implícita. No entanto, devido a uma identificação arbitrariamente fixada entre normatividade e exclusão, a dimensão normativa permaneceria velada em sua obra, tendo por consequência não apenas a falta de clareza e justificação de suas próprias bases teóricas, como a tendência de recair em um desvelamento pretensamente neutro da “verdade por trás do sexo”. Essa última opção seria insuficiente para sustentar o tom de denúncia com que Butler combate a falsa naturalização das categorias de gênero, além de contradizer a premissa foucaultiana, por ela compartilhada, de que os discursos sobre a verdade do sexo<sup>2</sup> representam já em si mesmos um dispositivo de poder (*Ibidem*, p. 76-77).

Em segundo lugar, Allen censura um suposto “monismo linguístico” a partir do qual todos os componentes da teoria da performatividade seriam reduzidos a efeitos discursivos do poder, negligenciando uma série de componentes não-discursivos com os quais se ocupa historicamente a crítica feminista, entre os quais destaca a “facticidade dos corpos”. Allen argumenta sobretudo que Butler, ao tentar evitar a acusação de determinismo, precisa novamente lançar mão de pressupostos não inteiramente admitidos no cômputo geral de sua teoria, a saber, um corpo que sempre excede as tentativas de sua construção discursiva. Caso contrário, como admitir que o discurso possa ser “todo-poderoso e ao mesmo tempo falho e ineficiente”?

Por fim, a principal objeção de Allen nos remete a fragilidades políticas apontadas na teoria da performatividade, mais especificamente, à dificuldade de teorizar a resistência coletiva. Butler teria iniciado sua obra com

---

<sup>2</sup> Para a recepção de Butler sobre a diferença entre sexo e sexualidade, bem como suas implicações naquilo que toca o conceito prático de subversão, cf. BUTLER, *Gender Trouble*, especialmente no capítulo III: “Ato corporais subversivos: Foucault, Herculine e a política da descontinuidade sexual”.

uma justa crítica ao ocultamento e repressão da diversidade no interior do movimento feminista. Entretanto, os ganhos obtidos com a consciência de suas cisões internas não viriam acompanhados de recursos necessários à recomposição de sua unidade prática. Allen encontra duas dificuldades elementares no pensamento de Butler que impediriam uma necessária reelaboração da resistência coletiva em termos efetivamente inclusivos e plurais: sua percepção de qualquer forma de *solidariedade* como “inextricavelmente excludente”, bem como sua suspeita de que toda referência a um consenso ou acordo dialogicamente mediado tenha de se erguer sob a premissa idealista de que “agentes de fala ocupam as mesmas posições de poder (...) ou que essa deva ser a finalidade a ser buscada” (BUTLER, 1990 *apud* ALLEN, 1999, p. 80). Essas suspeitas fariam Butler presumir uma concepção unilateralmente estratégica de poder que a torna cega a laços de cooperação necessários à ação coletiva. Essa cegueira, por sua vez, seria acoplada a seu já mencionado desconforto em trabalhar conceitos normativos,

tornando difícil, senão impossível, de manter distinções importantes entre formas de ação coletiva normativamente benéficas e problemáticas, entre acordos fundados na persuasão, barganha e sobreposição autêntica de interesses e aqueles baseados na coerção, na intimidação e na força bruta (*Ibidem*, p. 81).

Diferentemente dos dois primeiros problemas – que em princípio poderiam ser solucionados com recursos pressupostos, mas não suficientemente desenvolvidos por Butler – esse déficit político remeteria a limites intransponíveis no interior de sua própria teoria, exigindo assim a complementação por uma concepção alternativa de poder. Em *The Power of Feminist Theory*, esse papel é especificamente cumprido pela teoria do poder de Hannah Arendt. Partindo da definição arendtiana de poder como “a habilidade humana não apenas de agir, mas de agir em concerto”, Allen salienta distinções importantes de seu léxico político a serem retidas pela reflexão feminista. Em primeiro lugar, trata-se fundamentalmente de diferenciar as categorias de poder e violência: a violência seria basicamente instrumental, representando um meio para se obter certos objetivos; o poder, mesmo que possa ser usado para constituição de objetivos compartilhados, deve ser tratado como “um fim em si mesmo”. Allen interpreta essa afirmação de Arendt como a defesa de que o poder possui uma exigência de legitimação que não pode ser reduzida às finalidades por ele perseguidas. Nesse sentido, na qualificação de uma ação *em concerto*, teríamos o indicativo de uma valência normativa própria a ser encontrada em um tipo de interação comunicativa marcada pela reciprocidade. Além disso, o poder se distingue da autoridade, já que esta implica uma relação de mando e obediência prolongada pelo respeito alimentado entre aqueles que

obedecem, enquanto o poder, diferentemente, remeteria a uma relação distinta de cooperação, a qual tampouco pode ser mantida para além de sua manifestação atual. Por fim, ele se distingue igualmente da força, já que esta representa uma propriedade ou característica inerente a um indivíduo, enquanto o poder se apresenta como um fenômeno necessariamente coletivo: “O poder nunca é propriedade de um indivíduo; ele pertence a um grupo e somente permanece existindo enquanto o grupo se mantiver unido” (ARENDDT, 1970, *apud* ALLEN, 1999, p. 100).

Essa última especificação do poder o conecta a uma outra categoria fundamental à superação dos impasses políticos do feminismo: a noção de solidariedade. Com efeito, uma concepção de poder vinculada à ação coletiva, linguisticamente mediada e normativamente comprometida com a reciprocidade precisa contar com uma definição satisfatória do agrupamento que lhe serve de suporte. Segundo Allen, na prática histórica do feminismo de segunda onda, esse tipo de vínculo teria sido buscado na ideia de *sisterhood*, entendida como uma unidade derivada da identificação com o conjunto de experiências e interesses próprios às mulheres. Ao final dos anos 1980, entretanto, essa unidade teria sido profundamente questionada junto com as críticas dirigidas às políticas de identidade – que denunciavam justamente a inexistência de uma “opressão comum às mulheres, demandas inteiramente compartilhadas entre mulheres e, por consequência, o próprio significado do substantivo ‘mulher’” (*Ibidem*, p. 103). Allen julga poder extrair uma concepção alternativa de solidariedade feminista à luz das análises arendtianas sobre a resistência dinamarquesa ao anti-semitismo: o uso público da “estrela amarela” por cidadãos não-judeus durante a perseguição nazista expressaria uma noção de identidade como “*fato político*” e um sentido correspondente de solidariedade como adesão a uma “*identidade sob ataque*”. De modo semelhante, a solidariedade feminista seria um fato político, decorrente não de características supostamente compartilhadas pelas mulheres, mas da recusa em aceitar a subordinação de gênero e do conseqüente engajamento em esforços coletivos dirigidos a sua superação:

Como a discussão de Arendt sobre o caso dinamarquês deixa claro, não é necessário ‘ser’ mulher para se juntar ao esforço coletivo de resistir à subordinação da mulher. Desse modo, a obra de Arendt conduz a uma passagem da concepção de solidariedade entre mulheres, como o poder emanado da *sisterhood*, para uma concepção da solidariedade entre feministas (mulheres e homens), como o poder daquelas que se empenham em atuar juntas para combater relações de subordinação (*Ibidem* p. 104).



## II

Em *The Politics of Our Selves*, o projeto de Allen passa a ser integrar poder e autonomia como momentos necessários de uma crítica feminista que combina a dimensão diagnóstico-explicativa à utópico-antecipatória (ALLEN, 2008, p. 2-3). Para isso, as “teorias pós-estruturalistas do poder”, representadas pelos nomes de Foucault<sup>3</sup> e Butler, teriam de ser relidas à luz de sua possível vinculação à crítica normativa de Habermas e Benhabib. Nesse projeto, a obra de Butler possui uma posição ainda mais central: ela não apenas inscreve a subordinação de gênero no interior da concepção pós-estruturalista de poder, como fornece as principais intuições à crítica das concepções de autonomia posteriormente recrutadas.

A concepção de poder à qual Allen se concentra agora é simbolizada pela ideia de *sujeição*, entendida como “o processo ambivalente no qual alguém é constituído como sujeito no interior e por meio de processos de submissão a normas disciplinares” (*Ibidem*, p. 72). Nesse sentido, a sujeição conteria a dupla valência de um poder que subordina e, simultaneamente, produz o próprio sujeito da subordinação – propiciando inclusive as próprias capacidades de agência subjetiva. A grande contribuição de Butler em *The Psychic Life of Power* seria expandir as análises da sujeição (encontradas tanto em Foucault, quando nas obras anteriores da autora) em direção a seus “mecanismos propriamente psíquicos” (*Ibidem*, p. 72, ss.). Vale dizer, abarcar as dinâmicas motivacionais por meio das quais um sujeito adere à norma disciplinar e, com isso, dedicar-se à “forma psíquica tomada pelo poder”.

Entre os diferentes passos dessa construção, Allen salienta dois momentos fundamentais: sua apropriação da cena althusseriana da *interpelação* e a releitura da ideia freudiana de *melancolia*. Em primeiro lugar, a cena em que um sujeito é chamado à existência ao virar-se a um policial que grita à multidão: “Ei, você!” permitiria colocar as questões mais elementares para se compreender o apego subjetivo à norma disciplinar: “Quem está falando? Por que eu deveria me virar? Por que aceitar os termos pelos quais sou chamada?” (BUTLER, 1997). Para Butler, respondemos ao chamado da norma porque ela promete nossa identidade e existência social. Em outras palavras, ao invés de uma relação monolítica em que alguém se submete passivamente a um comando exterior, o sujeito participa de sua própria subordinação ao aceitar os termos em que é interpelado, sendo para isso motivado pelo desejo de uma

---

<sup>3</sup> Para um posicionamento crítico de Foucault em relação a seu enquadramento no chamado “pós-estruturalismo”, cf. *Ditos e Escritos*, v. III, “Estruturalismo e Pós-Estruturalismo” (1983).

existência própria, isto é, pelo anseio de ser identificado na multidão. Entretanto, para compreender os mecanismos complexos da subordinação de gênero, Butler acrescenta a essa cena um traço constitutivamente melancólico: o desejo de existência própria passa a reclamar uma identidade de gênero que, em sociedades heterossexistas, é interpretada como o remanescente arqueológico de um vínculo homossexual que não pôde ser vivido, mas que se faz preservado em razão de um luto interrompido. Nesses termos, a vida psíquica do poder funciona aqui recompensando o abandono de objetos de amor proibidos com a promessa de identidades de gênero pretensamente estáveis e coerentes.

Para Allen, se a própria ideia de sujeição já pressupunha que o sujeito se faz dependente da norma disciplinar, os dois últimos passos acrescentam uma motivação psíquica para esse vínculo (o “desejo narcísico de manter a própria existência continuada”) e a suposição de que, em virtude disso, preferimos um “vínculo doloroso a vínculo nenhum” – o que em relação à subordinação de gênero também significa: preferimos aderir a identidades melancólicas a abrir mão de qualquer identidade. Allen não questiona diretamente esses passos da argumentação de Butler. Pelo contrário, considera os recursos promissores na produção de diagnósticos plausíveis acerca de fatos recorrentes de nosso cotidiano social, tais como o “pânico continuado” que acompanha demandas por reconhecimento legal da união homoafetiva, a indisposição ao reconhecimento e luto de mortes causadas pela AIDS e, sobretudo, o apego obstinado de mulheres a identidades de gênero subordinantes mesmo após décadas de crítica feminista. Entretanto, o ponto fundamental de sua objeção a Butler passa a ser encontrado no fato de “equacionar dependência com poder e poder com subordinação” o que, por sua vez, acabaria conduzindo a uma “fusão entre dependência e subordinação” (*Ibidem*, p. 82). E se os processos de sujeição envolvem necessariamente alguma forma de dependência (seja em relação à norma regulatória, seja em relação a terceiros), a categoria de sujeição passaria a implicar a tese de uma “subordinação necessária”.

Allen considera aceitável a hipótese de que os processos de formação subjetiva são sempre permeados por algum tipo de dependência. Butler fortaleceria empiricamente essa hipótese fazendo remissões à dependência primária entre recém-nascidos e seus cuidadores. Entretanto, nada na argumentação desta autora permitiria sustentar que essa dependência teria um caráter *sempre* subordinante: “O fato da dependência primária parece realmente tornar todos os seres humanos vulneráveis à subordinação ao obrigá-los a se conformar a qualquer tipo de vínculo disponível, seja ele subordinante ou não. Entretanto, disso não segue, como conclui Butler, que a subjetivação seja

sempre subordinante” (ALLEN, 2008, p. 81). A própria intuição central de que preferimos estabelecer um vínculo doloroso a não estabelecer vínculo qualquer, constantemente retomada em *The Psychic Life of Power*, conteria a possibilidade de uma ligação a formas de subjetividade não dolorosas e não subordinantes – ou, no mínimo, *menos* dolorosas e subordinantes. Butler, entretanto, nunca teria admitido explicitamente nesta obra uma tal possibilidade, tendo, ao contrário, insinuado seu oposto em passagens como: “é necessário desejar as condições da própria subordinação para permanecer como si mesmo” (BUTLER, 1997, *apud* ALLEN, *op. cit.*, p. 82).

Mais do que eventuais inconsistências e possíveis contradições, Allen se incomoda principalmente com as consequências políticas da tese da subordinação necessária. Ao admiti-la, Butler incorreria em um “beco sem saída teórico e político”, na medida em que os motivos para a subordinação são tão fortes e irresistíveis que invalidam ou desmentem os motivos para a resistência: “Afinal, se tornar-se sujeito sempre envolve fixar-se à subordinação, então por que resistir a qualquer forma particular de sujeição subordinante? Por que buscar formas diferentes de vinculação, se todas conduzem indistintamente à subordinação?” (*Ibidem*, p. 84). Esse problema, que ecoa a suspeita de determinismo já acusado em sua obra anterior, seria aqui repaginado de forma ainda mais incontornável, uma vez que a subordinação se faz nutrida com a nova força de um vínculo psíquico. Com isso, a resistência ao vínculo subordinante teria de contar com uma motivação suficientemente forte para fazer frente aos custos psíquicos de desestabilização ou perda da identidade pessoal – a qual só poderia ser alimentada pela expectativa de vínculos menos ou não subordinantes. Para escapar de um tal beco sem saída, portanto, Butler teria não só que admitir formas alternativas de vínculo, como contar com critérios que permitissem sua diferenciação em termos normativos.

Se sou psiquicamente investida em e vinculada a minha própria subordinação, se a percepção de mim mesmo como um indivíduo coerente é uma função de minha subordinação, então eu precisarei ter uma motivação suficientemente forte para abandonar esse investimento. Mas uma tal motivação apenas faz sentido ante o cenário de uma distinção normativa entre “práticas subjetivantes piores ou melhores”, para fazer uso de uma expressão de Fraser. Nesse contexto, o que é requerido é uma distinção entre subordinação como uma relação normativamente problemática e dependência como uma relação neutra, embora carregada do perigo de nos fazer vulneráveis à subordinação (*Ibidem*, p. 84).

Segundo Allen, a consciência desse beco sem saída teria levado Butler à busca de componentes mais explicitamente normativos em sua produção posterior. Ainda assim, esse movimento que se convencionou chamar de sua “virada ética” não aconteceria sem ambiguidades. Por um lado, em trabalhos como “Violence, Mourning, Politics” e *Giving an Account of Oneself*, Butler admitiria a distinção entre subordinação e interdependência, invocando algo como o “reconhecimento de uma humanidade comum, fundada em nossa vulnerabilidade corpórea” (ALLEN, 2008, p. 89). Segundo Allen, Butler sugere nesses textos a importância de defendermos formas de interdependência não subordinantes pautadas em uma modalidade positiva de reconhecimento recíproco, as quais poderiam servir de base para a ação política e resistência coletiva<sup>4</sup> – mesmo que nos termos de um ideal regulativo fraco. Por outro lado, entretanto, Allen busca mostrar que essa possibilidade é explícita e duramente negada em suas críticas a Jessica Benjamin, as quais seriam centradas justamente na recusa à possibilidade de uma concepção normativa de reconhecimento recíproco:

Butler, desse modo, mostra-se ambivalente a esse respeito: por um lado, sua crítica da sujeição parece depender de uma concepção positiva de reconhecimento – e por vezes em seu trabalho recente ela admitiria essa dependência; por outro lado, em sua crítica a Benjamin, a autora explicitamente recusa a aceitação do reconhecimento como um ideal normativo. Mesmo reivindicando que a vulnerabilidade humana possa oferecer a base para a comunidade política e resistência coletiva, ela nega a possibilidade do reconhecimento mútuo como seu resultado (*Ibidem*, p. 92).

### III

Allen conclui esta última objeção a Butler defendendo a necessidade de admitirmos um momento de reconhecimento recíproco nos processos coletivos de resistência, além de fazer uma rápida menção às potencialidades do pensamento político de Hannah Arendt já indicadas na obra de 1999 – as quais, entretanto, mereceriam ser averiguadas à luz da vida psíquica do poder. Apesar disso, a autora não se ocupa diretamente desses dois pontos na

---

<sup>4</sup> Ressalta-se que a linha argumentativa que busca extrair implicações ético-políticas do conceito de vulnerabilidade na constituição de práticas coletivas de resistência é fortalecida ao longo da obra recente de Butler, com destaque ao livro: *A força da não violência*. Um vínculo ético-político. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

continuidade de sua obra, dando seguimento a seu projeto com análises de reinterpretções discursivas da ideia de autonomia levadas a cabo por Jürgen Habermas e Seyla Benhabib. O problema nesse passo não é exatamente a substituição do reconhecimento recíproco pela ideia de autonomia. Apesar de não serem termos idênticos ou intercambiáveis, tais conceitos fazem remissões diretas um ao outro nas teorias normativas consultadas: em uma acepção intersubjetiva, a autonomia só pode ser efetivamente exercida caso seja reciprocamente reconhecida entre sujeitos capazes de ação e de fala. Além disso, seria também possível argumentar que as obras de Habermas e Benhabib, como herdeiras do pensamento político de Hannah Arendt, seriam investigadas à luz de sua recepção das categorias de ação, solidariedade e poder comunicativo, reconstituídas em 1999 como um desfecho necessário de uma crítica do poder munida de interesse emancipatório. Entretanto, essas linhas de desenvolvimento tampouco são seguidas por Allen. E o que parece mais problemático: a autora realiza uma leitura profundamente seletiva das referidas concepções de autonomia, deixando de lado justamente seus aspectos mais eminentemente políticos.

Allen encontra em Habermas uma concepção de autonomia como *rational accountability*, entendida como a capacidade de sustentação argumentativa daquilo que se diz e se faz mediante o uso de competências comunicativas adquiridas no próprio processo de socialização (ALLEN, 2008, p. 97). Embora reconheça a multiplicidade de usos desse modelo amplo de justificação racional, Allen atribui à obra madura de Habermas uma centralidade de seu uso mais especificamente moral, marcado pela exigência universalista de respeito a *todos* os potenciais concernidos, bem como pelo *distanciamento* crítico em relação aos próprios valores e interesses pessoais (*Ibidem*, p. 98). Na sequência, Allen acompanha transformações significativas operadas por Benhabib nesse tipo de inflexão comunicativa da ideia de autonomia, as quais seriam destinadas a “corrigir seus excessos racionalistas” em um sentido mais contextual, histórico e atento a uma variabilidade de condições comunicativas não estritamente vinculadas a trocas argumentativas, tais como redes de cuidado e dependência recíproca<sup>5</sup>. Em meio a essas transformações, Allen ressalta o desenvolvimento de sua concepção de *self* narrativo, segundo a qual a agência subjetiva passa a ser caracterizada pela tentativa de elaborar uma estória de vida dotada de sentido em meio a uma rede de interlocução que não se controla plenamente (*Ibidem*, p. 161). Por essa via, a autonomia é encontrada não em uma

---

<sup>5</sup> Para uma avaliação desse ponto à luz da ética do cuidado cf. CYFER, I. “Razão, Narrativa e Corpo no Modelo de Self de Seyla Benhabib” (2018).

autoelaboração narrativa independente, já que sequer somos os únicos a contar nossas próprias histórias, mas em uma capacidade reflexiva ocupada em decidir *se e como* nos apegamos a narrativas socialmente vigentes (*Ibidem*, p. 165). Mais especificamente, “na capacidade de escolher e avaliar as próprias condições de identificação narrativa” (BENHABIB, *apud* ALLEN, 2008, p. 163).

Apesar de valorizar inicialmente essas elaborações conceituais da autonomia, Allen atribui a ambas um problema semelhante: de maneira geral, elas pressupõem capacidades reflexivas que, segundo suas próprias compreensões do processo de formação subjetiva, já se encontram impregnadas pelas relações de poder que deveriam ser por princípio submetidas à avaliação e crítica. Em Habermas, a aquisição de competências morais estaria vinculada a uma psicologia social profundamente marcada pela internalização de relações heterônomas de poder, seja na forma necessariamente assimétrica da autoridade paterna, seja na forma potencialmente conservadora de normas e valores comunitários. Nesse sentido, Habermas teria dificuldades em explicar a passagem para um estágio “pós-convencional” em que nossas competências reflexivas permitem avaliar os conteúdos transmitidos pela tradição, ao invés de apenas reforçá-los em um sentido normalizador. O principal argumento de Allen é dizer que a confiança de Habermas em um juízo moral pós-convencional negligencia os profundos “custos psíquicos” que a suposta ruptura com normas originárias traria a “um *self* incapaz de se imaginar independentemente delas” (*Ibidem*, p. 120).

Por se desprender das necessidades rigorosas de distanciamento e justificação racional, o *self* narrativo de Benhabib seria em princípio menos exposto a esse tipo de dificuldades. Ainda assim, Allen contesta esse modelo por se manter preso a um alegado “resíduo racionalista” justamente no ponto em que se dirige à crítica feminista à subordinação: Benhabib entenderia a identidade de gênero como mais uma entre outras narrativas, e não como estruturas de poder que determinam a própria capacidade de narrar, pressupondo com isso um “núcleo não generificado do self” (*ungendered core*), isto é, um núcleo autônomo do sujeito formado por capacidades avaliativas neutras ou independentes do gênero. Para Allen, essa suposição seria não apenas incompatível com um modelo radicalmente situado de *self*, como levaria Benhabib a uma concepção excessivamente robusta de autonomia e implausivelmente otimista em relação a nossas capacidades de crítica e transformação social:

Se as raízes da identidade de gênero são mais profundas que a habilidade narrativa que Benhabib enxerga como fonte da espontaneidade, criatividade e agência, premissas interconectadas acerca da diferença e da dominação de

gênero são provavelmente tão fundamentais para o sentido de nós mesmos a ponto de se tornarem extremamente resistentes à crítica e à mudança. (ALLEN, 2008, p. 170).

As críticas de Allen aos modelos de Habermas e Benhabib não parecem dar plena consideração ao caráter eminentemente intersubjetivo salientado por ambos, além de conduzirem a um enfraquecimento significativo das expectativas de autonomia que pretendiam ser em princípio recuperadas. Com efeito, o modo como o problema é colocado pela autora tende a assumir a centralidade da relação sujeito-mundo, o que seria um dos marcadores elementares da chamada “filosofia da consciência”: como explicar a crítica do poder se as capacidades subjetivas requeridas são adquiridas pela internalização de fragmentos autoritários do mundo social? O problema, entretanto, muda de figura quando o “mundo da vida” é visto como pano de fundo de interações simbolicamente mediadas, ganhando na modernidade características como a pluralização, instabilidade e profunda conflituosidade. Por um lado, esse quadro nos remete a formas distintas de sofrimento psíquico, vinculadas à alienação da identidade pessoal em meio a um universo simbólico normativamente fragmentado, culturalmente cindido e cada vez mais sujeito às pressões de adaptação ao mercado e ao controle burocrático (HABERMAS, 1987, p. 140 e ss.). Por outro lado, entretanto, é no choque do sujeito com panos de fundo alheios que se abre a possibilidade para processos de aprendizagem a partir dos quais a reelaboração dos conteúdos internalizados (incluindo normas, figuras de autoridade e estruturas de personalidade) tem a chance de acontecer (HABERMAS, 2018; SILVA, 2018). Mais significativo, ao repreender Benhabib por ter admitido capacidades avaliativas neutras ou independentes do gênero – como dito, um “núcleo não generificado do self” –, Allen acaba por se comprometer com a difícil posição oposta, a saber, a existência de um núcleo generificado do self (GATENS, 2014, p. 43). Isto é, a posição de que o gênero constituiria um marcador de identidade nuclear, capaz de estruturar definitivamente o *self* em suas capacidades de compreender, agir e julgar. Como argumenta Moira Gatens, tais noções de núcleo/periferia, que não se encontram presentes no texto de Benhabib, sobrevalorizam o momento de aquisição da identidade de gênero, atribuindo a ele um caráter de inevitabilidade que impossibilitaria a avaliação crítica e reelaboração criativa com respeito aos marcadores de gênero, além de atribuir a outras formas de subordinação, como a de classe, sexo e raça, um papel secundário ou periférico – a ponto de serem negligenciados na maior parte da obra. Ao invés de qualquer concepção nuclear, Benhabib tomaria por objeto o descentramento característico das “redes de interlocução”, salientando que as possibilidades de

autonomia têm de ser alojadas em contextos intersubjetivos de fala e escuta, nos quais “novos horizontes de significado” podem vir ser a provocados apenas ao se assumir o papel de participante em contextos simbólicos que se situam para além da experiência individual (BENHABIB, 1999, p. 350; GATENS, 2014, p. 49).

À luz dos objetivos mais destacados da obra, chama-nos particularmente atenção a negligência da autora em relação aos aspectos mais propriamente políticos da noção de autonomia. Isto é, ao pretender superar o “beco sem saída teórico e político” encontrado em *Psychic Life of Power*, Allen desconsidera justamente a reflexão político-democrática como componente elementar do campo prático nas obras de Habermas e Benhabib. Ambos os autores, na posição de assumidos herdeiros de Hannah Arendt, salientam que o pensamento crítico e a autodeterminação coletiva só podem ser efetivamente cumpridos em um espaço público inclusivo e plural, onde a multiplicidade de perspectivas pode ganhar expressão e as condições de um juízo pautado pela reciprocidade encontra chances de se instaurar. Sobretudo, Allen suprime a ênfase desses autores na política deliberativa como o único modo de superarmos as limitações de nossas capacidades cognitivas individuais, tendencialmente parciais e moralmente débeis quando consideradas isoladamente. Nesse sentido, à luz do pensamento político de Arendt, Benhabib defende que a deliberação pública *força* o indivíduo a sair de sua morada autorreferencial e a assumir, ainda que de modo falível, o ponto de vista de uma mentalidade alargada:

Quando apresentam seus pontos de vista e posições aos outros, os indivíduos devem justificá-los para seus co-deliberantes por meio de boas razões em um contexto público. (...) Argumentar a partir do ponto de vista de todos os envolvidos não somente constrange o indivíduo a ter uma certa coerência sobre as próprias concepções, mas também o obriga a adotar um ponto de vista que Hannah Arendt, seguindo Kant, chamou de ‘mentalidade alargada’ (BENHABIB, 2007, p. 54).

Nesses termos, Allen suprime em *The Politics of Our Selves* o papel que Hannah Arendt cumpria em 1999 sem colocar nada em seu lugar, já que elimina também a dimensão mais propriamente política das concepções de autonomia consideradas. Esse movimento, por sua vez, parece impedir o desenvolvimento de suas intuições mais frutíferas em três pontos elementares. Em primeiro lugar, ele compromete seu projeto de integrar poder e autonomia como recursos igualmente necessários a uma crítica feminista munida de objetivos emancipatórios. Nos diferentes passos da argumentação, Allen exige



das teorias por ela trabalhadas um enfraquecimento contínuo da ideia de autonomia, a qual não pode ser propriamente aceita nem como exigência de justificação racional das normas e valores que determinam nosso universo prático, nem como avaliação das condições de identificação pessoal a narrativas socialmente vigentes. Mesmo a ideia de uma narrativa pessoal minimamente coerente lhe parece “robusta demais” para contemplar a imagem de um *self* lançado em redes de interlocução diversificadas e irremediavelmente heterônomas. Ao final do percurso, a autora comemora o fato de ter alcançado um “campo intermediário” entre poder e autonomia (*Ibidem*, p. 177). Entretanto, não é claro o que resta deste último termo após seus sucessivos enfraquecimentos. Algumas das formulações finais simplesmente o ignoram por completo (*Ibidem*, p. 184); outras lhe atribuem o significado de uma “reelaboração da sujeição” (*Ibidem*, p. 182), permanecendo com isso bastante próxima à ideia de ressignificação desenvolvida por Butler sem a necessidade de ser complementada pela noção de autonomia. Mesmo que esta categoria não seja inteiramente excluída de seu léxico final, o enfraquecimento de seu significado com a recusa dos componentes mais centrais aos modelos consultados impõe um inegável desequilíbrio entre os polos teóricos que pretendiam ser harmonizados; vale dizer, parece conduzir a uma subordinação da autonomia ao poder, muito mais que o alcance de qualquer campo intermediário entre eles.

Em segundo lugar, a autora parece recair em uma posição muito próxima àquela que enxergava como mais problemática na obra de Butler. Com efeito, ao interromper a linha de argumentação que cobrava das teorias do poder a possibilidade de “reconhecimento recíproco” e esvaziar o conceito de autonomia de suas exigências mais demandantes, Allen parece ter dificuldades de traçar diferenças significativas entre subordinação e condicionamento social.<sup>6</sup> Como a própria autora admite, as teorias normativas consultadas aceitam sem hesitações que a subjetividade e o exercício da autonomia sempre se encontram socialmente condicionadas. Mas para diferenciar o mero condicionamento social de formas normativamente objetáveis de subordinação, elas têm de combinar a noção de autonomia com expectativas de igualdade, inclusão e reciprocidade – cujo desrespeito caracteriza a subordinação como uma prática reprovável segundo padrões básicos de moralidade e justiça. Ao recusar reiteradamente esses critérios normativos exigentes, Allen não consegue traçar uma distinção clara entre, de

---

<sup>6</sup> Sobre os prejuízos da indiferenciação entre essas duas categorias, cf. JAEGGI, R. “Reconhecimento e subjugação: da relação entre teorias positivas e negativas da intersubjetividade”. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 15, n. 33, 2013.

um lado, o condicionamento social que inevitavelmente envolve a formação e a experiência subjetivas e, de outro, formas reprováveis de subordinação – marcadas pela heteronomia, exclusão, diferença hierárquica e falta de solidariedade entre os diferentes grupos envolvidos. Nesse sentido, mesmo combatendo a tese da subordinação necessária, a autora parece encerrar o livro enredada em seus próprios limites práticos, isto é, sem conseguir contrapor a ela qualquer modo alternativo de relação social ou oferecer critérios para a identificação e defesa de relações *menos* subordinantes. Em seus próprios termos, não conseguiria responder por que, de um ponto de vista emancipatório, deveríamos lutar pela recusa ou ressignificação de normas subordinantes.

Em terceiro lugar, a própria imagem produzida da ação política resta comprometida. Em consequência da supressão do papel cumprido por Arendt em 1999, bem como da eliminação de sua herança presente nas obras de Habermas e Benhabib, *The Politics of Our Selves* é incapaz de incorporar explicitamente uma dinâmica coletiva à ação política. E por não ter conseguido contornar plenamente a tese da subordinação necessária, Allen mostra-se também incapaz de pensar o sentido próprio de uma práxis genuinamente emancipatória. Como escreve Yara Frateschi: “A análise da questão de gênero feita por Allen é excessivamente focada no indivíduo (alguns indivíduos) e na internalização das normas subordinantes. Isso leva a uma avaliação precária e insuficiente tanto das causas da dominação feminina quanto dos potenciais emancipatórios inscritos no presente” (FRATESCHI, 2018, p. 345). Não por acaso, nos parágrafos finais do livro é introduzida uma imagem vaga e limitada da vida política, vinculada a práticas individuais de resistência à subordinação sem qualquer expectativa de superá-las. Em nome de um alegado realismo exigido pelo custo psíquico da insubordinação e da ruptura, Allen também abre mão de concepções “mais robustas” de agência política. Entretanto, apesar de suas próprias intenções realistas, a imagem de uma resistência individual incapaz de distanciamento crítico em relação aos próprios contextos de surgimento, limitadas a expectativas autocontidas de insubordinação e mudança social, não parece corresponder à realidade das lutas feministas, tanto no que diz respeito aos efeitos transformativos de sua ação histórica (ROWBOTHAM, 2013; HEWITT, 2010), à amplitude de sua agenda política atual (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019; HEWITT, 2018; ROHDE, 2014) ou à autocompreensão narrativa de ativistas que se multiplicam no século XXI com motivações emancipatórias longe de serem pouco exigentes (IACOVETTA, ZEMBRZYCKI, SRIGLEY, 2018).

Desse modo, embora Allen esteja provavelmente correta em insistir na existência de um custo psíquico elevado envolvendo movimentos de

ruptura e ações transformativas, as consequências que lhe são atribuídas parecem contraintuitivas à luz da história e atualidade das lutas feministas. Isso, por sua vez, nos obriga a pensar outros destinos possíveis ao vínculo psíquico que nos enreda às normas de gênero. Fazendo uso de contribuições apresentadas por Allen, mas subvalorizadas ao longo de seu percurso, podemos concluir com hipóteses alternativas vinculadas à transformação política de um apego originário a identidades de gênero subordinantes. É possível supor, em primeiro lugar, que as diferentes gerações de ativistas decidam *sacrificar* a própria estabilidade e bem-estar psíquico em nome de seus ideais de emancipação. Uma outra hipótese, não excludente, permite-nos considerar que a ação coletiva é capaz de *mitigar* o custo psíquico negativo, seja em função de uma solidariedade que ampara subjetividades desejosas de romper conjuntamente com formas tradicionais de subordinação (reduzindo o risco de instabilidade, isolamento ou abjeção), seja por constituir um tipo de poder munido de um caráter não apenas destrutivo, mas consciente de sua capacidade de iniciar algo novo. Um poder que, em seu ato prefigurativo, antecipa uma nova base de realidade já delineada nos valores e significados compartilhados entre aquelas que lutam. Esta última hipótese, que emerge do texto de Allen, mas é rapidamente eclipsada pelo potencial explicativo da subordinação necessária, poderia reconduzir sua investigação ao âmbito de uma vida psíquica da ação política:

Uma das formas em que membros de grupos oprimidos geram vínculos menos opressivos é servindo-se dos recursos de movimentos políticos e sociais que criam modos alternativos de vínculo e estruturas de reconhecimento social. Movimentos sociais coletivos, tais como os movimentos feminista e *queer*, geram recursos conceituais e normativos, criam redes de apoio psicológico e emocional e fomentam contrapúblicos que, como um todo, amparam indivíduos em seu esforço de se opor a regimes regulatórios por meio de novos modos de resistência, novas possibilidades de vínculos e, com isso, novas formas de se tornarem sujeitos (ALLEN, 2008, p. 93).

## Considerações Finais

Como pretendemos ter mostrado, a argumentação de Allen acaba por aproximá-la daquilo que mais pretendia evitar, a saber, um beco sem saída teórico-político, segundo o qual o diagnóstico da subordinação não viria acompanhado de qualquer potencialidade de sua superação prática. Mais especificamente, a autora teria se colocado em uma situação teórica na qual a

imagem projetada da formação subjetiva, que atribui sobrepeso à subordinação à custa de um enfraquecimento significativo das expectativas de autonomia, neutralizaria as possibilidades de uma prática efetivamente emancipatória. Ainda assim, seu percurso é suficientemente rico para nos oferecer rotas alternativas – apresentadas ao longo deste texto como caminhos teóricos sinalizados, mas não efetivamente seguidos por ela. Entre eles, salientamos em primeiro lugar a exigência de se conceber formas de vínculo intersubjetivo que, sem negar a dependência do *self* em relação a seus outros significativos, pudesse oferecer uma alternativa aos modos de dependência exclusivamente subordinantes – possibilidade essa identificada em formas de elaboração do reconhecimento recíproco. Além disso, o combate à tese da subordinação necessária exigiria um modo de compreensão da autonomia que, sem deixar de admitir a inevitável impregnação do sujeito em relação aos significados e valores internalizados, preservaria a possibilidade de uma postura ativa na reconstrução de horizontes de ação e narrativa, tanto individuais quanto coletivas. Por fim, mas não menos importante, a superação do referido impasse político exigiria reconectar o poder a um conceito de ação que não se restringe às reelaborações individuais da sujeição, mas se volta às condições de instauração do novo dentro de um mundo social compartilhado. Vale dizer, um conceito de ação como práxis conjunta linguisticamente mediada, dirigida à transformação das normas e significados que regulam a interação e que se alimenta da solidariedade própria daquelas que se engajam na superação de estruturas sociais ilegítimas. Um tal modelo comunicativo de ação política, abandonado pela autora entre os anos de 1999 e 2008, mostra-se necessário para recolocá-la na rota de seus objetivos mais exigentes: articular uma crítica realista das formas de subordinação que, ao mesmo tempo, não neutralize ou oculte as potencialidades mais amplas de luta e superação.

## Referências

- ALLEN, A. *The Power of Feminist Theory*. Boulder: Westview Press, 1999.
- \_\_\_\_\_. *The Politics of Our Selves: Power, Autonomy, and Gender in Contemporary Critical Theory*. New York: Columbia University Press, 2008.
- \_\_\_\_\_. “Emancipação sem utopia: sujeição, modernidade e as exigências normativas da teoria crítica feminista”. In: *Novos estudos CEBRAP*, n. 103, 2015, p.115-132.
- ARENDT, H. *On Violence*. New York: Harcourt, 1970.
- \_\_\_\_\_. *A Condição Humana*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2014.

BENHABIB, S. *Situating the Self: Gender, Community and Postmodernism in Contemporary Ethics*, New York: Routledge, 1992.

\_\_\_\_\_. “Sexual Difference and Collective Identities: The New Global Constellation”. In: *Signs*, 24 (2), 1999, p. 335-361.

BUTLER, J. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.

\_\_\_\_\_. *Bodies that Matter: On the Discursive Limits of “Sex”*. New York: Routledge, 1993.

\_\_\_\_\_. *The Psychic Life of Power: Theories in Subjection*. Stanford: Stanford University Press, 1997.

\_\_\_\_\_. “Violence, Mourning, Politics”. In: BUTLER, J. *Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence*. London: Verso, 2004

\_\_\_\_\_. *Giving an Account of Oneself*. New York: Fordham University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. *A força da não violência. Um vínculo ético-político*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

CYFER, I. “Razão, Narrativa e Corpo no Modelo de Self de Seyla Benhabib”. In: *Dissonância*, vol. 2, 2018.

FRATESCHI, Y. “The limits of Amy Allen's analysis of gender subordination in *The Politics of Our Selves*”. In: *Veritas*, Porto Alegre, v. 63, n. 1, 2018.

FRASER, N.; ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T. *Feminismo para os 99%: Um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

GATENS, M. “Let’s Talk Story: Gender and the Narrative Self”. In: *Critical Horizons*, vol. 15, n. 1, March, 2014, p. 40-51.

HABERMAS, J. “Lutas por Reconhecimento no Estado democrático de direito”. In: HABERMAS, J. *A Inclusão do Outro*. São Paulo: Ed. Unesp, 2018.

\_\_\_\_\_. *The Theory of Communicative Action*. Vol. 2: *Lifeworld and System: A Critique of Functionalist Reason*. Cambridge: Polity Press, 1987.

HEWITT, N. *Women's Activism and Social Change: Rochester, New York, 1822–1872*. Cornell University Press, 2018.

HEWITT, N. (Org.). *No Permanent Waves: Recasting Histories of U.S. Feminism*. Piscataway: Rutgers University Press, 2010.

IACOVETTA, F.; ZEMBRZYCKI, S.; SRIGLEY, K. *Beyond Women's Words: Feminisms and the Practices of Oral History in the Twenty-First Century*. New York: Routledge, 2018.

MAZZEI, G. A. *O sujeito político na teoria feminista: articulações entre poder e autonomia*. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Porto Alegre, UFRGS, 2019. Disponível:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/196050/001094605.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

JAEGGI, R. “Reconhecimento e subjugação: da relação entre teorias positivas e negativas da intersubjetividade”. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 15, n. 33, 2013.

RHODE, D. *What women want: an agenda for the women's movement*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

ROWBOTHAM, S. *Women, Resistance and Revolution*. A History of Women and Revolution in the Modern World. London: Verso, 2014.

SILVA, F. G. “Amy Allen e o empoderamento do mundo da vida”. In: *Dissonância*, vol. 2, 2018.

Email: felipegons@hotmail.com

Recebido: 12/2022

Aprovado: 11/2023